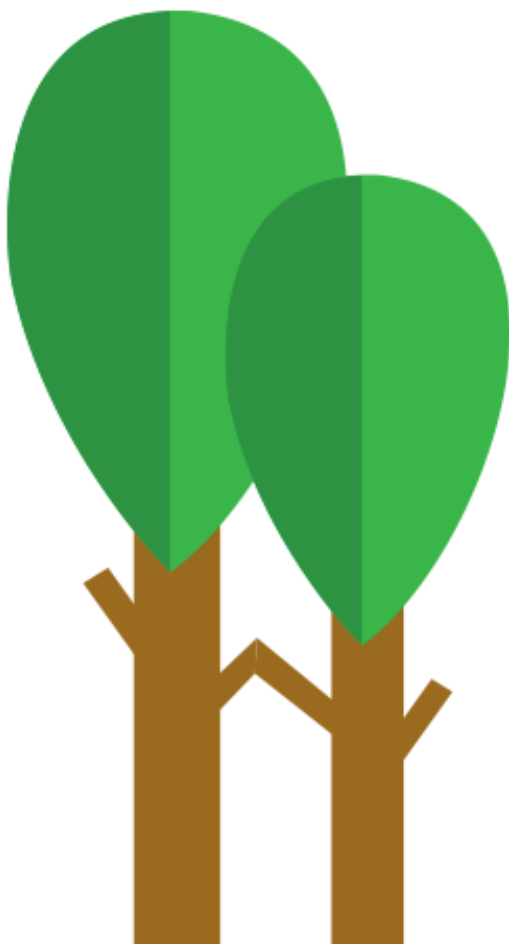


## RESUMO DO RELATÓRIO

# **AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÓMICO CAUSADO PELA RETIRADA DE SUBSTÂNCIAS ACTIVAS DE CULTURAS CHAVE EM PORTUGAL**



## SUMÁRIO EXECUTIVO

Do grupo das substâncias activas (s.a.) consideradas em risco de exclusão a nível da UE (Anexo 1), por pelo menos um dos critérios de avaliação, foram identificadas 112 homologadas em Portugal.

Este estudo incidiu sobre o potencial impacto da retirada destas s.a. no rendimento dos produtores das seguintes fileiras: videira/vinho, oliveira/azeite, milho/grão, pereira/rocha e tomate/indústria. O rendimento calculado ao nível agricultor (dados provisionais de 2015), destas fileiras no seu conjunto ascende a quase 1,5 mil milhões de euros, cerca de 40% do rendimento da produção vegetal nacional. Como seria espectável o vinho é a fileira com maior peso neste conjunto, contando com 776 milhões de euros, ou seja, um pouco mais de 50% do total do grupo. Não menos importante é valor que estas fileiras representam a nível de exportações: 1,500 M€ (dados estimados de 2015).

Isoladas ou em diversas combinações as s.a. em causa apresentam-se no mercado num grande número de produtos comerciais, autorizados para o combate aos vários inimigos destas culturas. A sua retirada conduz a um baixo ou praticamente nulo nível de controlo de vários problemas fitossanitários, pela ausência de soluções disponíveis que constitui este cenário.

Numa situação desta natureza, o impacto dos inimigos das culturas é muito significativo, prevendo-se mesmo que possa conduzir a uma impossibilidade absoluta da sua continuidade. Este caso é particularmente aplicável a culturas com destino industrial, como é o caso do tomate para concentrado e a culturas com elevada pressão de custos por dependerem de mercados globais, como é o caso do milho. De uma forma geral, o impacto da retirada destas substâncias activas inviabiliza a exploração empresarial de qualquer das culturas em análise. Apenas uma eventual exploração para auto consumo ou para mercados locais, poderia eventualmente ser considerada.

O balanço do impacto económico previsível é bem evidente: cerca de €810 milhões dos €1,5 mil milhões estariam em risco, sendo o vinho o principal “contribuinte” com quase €360 milhões. €810 milhões representam 22% da produção vegetal e 12% do total do sector agricultura, não tendo em conta os impactos noutras fileiras não consideradas neste estudo.

Resta ainda referir que o impacto será certamente muito maior. Faltam apurar impactos a outros níveis: a montante e a jusante das fileiras (na cultura do tomate há uma contabilização do impacto no concentrado), bem como a nível social, ao nível do desemprego, fixação de comunidades e desenvolvimento dos meios não urbanos e, a nível ambiental, consequência do abandono de terras agrícolas, as quais se tornarão baldios ou floresta, certamente desordenada e pouco rentável, altamente sujeita a incêndios.

Impactos que no seu conjunto serão significativamente avultados para o país e para os seus cidadãos.

## INTRODUÇÃO

A agricultura portuguesa enfrenta séria ameaça à sua competitividade e, conseqüentemente, um significativo impacto quer a nível económico quer a nível social, devido à perspectiva de redução da disponibilidade de soluções tecnologicamente determinantes como, são exemplo os produtos fitofarmacêuticos, objecto deste trabalho.

Existe actualmente uma probabilidade elevada de várias substâncias activas, actualmente autorizadas no nosso país, virem a ser proibidas num horizonte temporal mais ou menos alargado. Este facto resulta não só de uma única fonte, mas de um conjunto de peças legislativas, todas elas apontando para um conceito de avaliação dos produtos fitofarmacêuticos, colocando em primeira linha os seus perigos intrínsecos e não os riscos reais decorrentes da sua utilização, após a aplicação de medidas de mitigação desses mesmos riscos. Em suma, a nova forma de avaliação não tem em conta a relação entre o benefício e o risco na utilização dos produtos.

Neste ambiente regulatório na UE e com o enorme incremento de custos para introduzir uma nova substância no mercado, a indústria tende por um lado, a reduzir o seu investimento em R&D e, por outro, a dirigi-lo preferencialmente para outros continentes. Neste sentido, a retirada de substâncias activas no espaço europeu será muito fracamente compensada pela entrada de novos produtos.

Neste estudo procurámos fazer uma avaliação do impacto deste cenário na nossa economia agrária, tomando como base de análise cinco fileiras produtivas chave do sector: vinho, azeite, pera rocha, tomate de indústria e milho-grão.

Quisemos ser totalmente isentos, como se impõe, recorrendo a dados oficiais, sempre que disponíveis e, sobretudo, ouvindo aqueles que, na sua actividade profissional diária, seja ela puramente técnica ou estritamente empresarial, têm a experiência, o “know-how” e a sensibilidade adequadas para contribuir de forma válida para este estudo.

De facto, não existe qualquer tipo de estudo científico que permita levar a cabo esta análise, pelo que a participação destas entidades colectivas e individuais foi fulcral. A todos eles o nosso muito obrigado.

## ENTIDADES PARTICIPANTES

Quadro 1 – Entidades e individualidades que participaram no estudo

<b>Videira / Vinho</b>	<p>ATEVA – Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo          AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela          ADVID – Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense          EVAG – Estação Vitivinícola Amândio Galhano.          João Garrido. IVP – Instituto da Vinha e do Vinho          IVP – Instituto do Vinho do Porto          CVRPS – Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal          CVRVV – Comissão Vitivinícola Regional dos Vinhos Verdes</p>
<b>Oliveira / Azeite</b>	<p>Casa do          Azeite Rodrigo          Sottomayor          Olivais do Sul          Elaia</p>
<b>Milho / Grão</b>	<p>ANPROMIS – Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo          Pedro Torres (VALINVESTE)</p>
<b>Tomateiro / Indústria</b>	<p>COTHN – Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional          AIT – Associação dos Industriais do Tomate          FNOP – Federação Nacional de Produtores de Frutas e Hortícolas          Eduardo Marçal Grilo          Gonçalo Escudeiro          TORRIBA – Organização de Produtores Hortofrutícolas</p>
<b>Pereira / Pera Rocha</b>	<p>COTHN – Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional          AARA – Associação dos Agricultores da Região de          Alcobaça APAS – Associação dos Produtores          Agrícolas da Sobrena COOPVAL – Cooperativa          Agrícola dos Fruticultores do Cadaval Cooperativa          Agrícola do Bombarral          FRUBAÇA – Cooperativa de Hortofruticultores          FRUTOESTE – Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste</p>

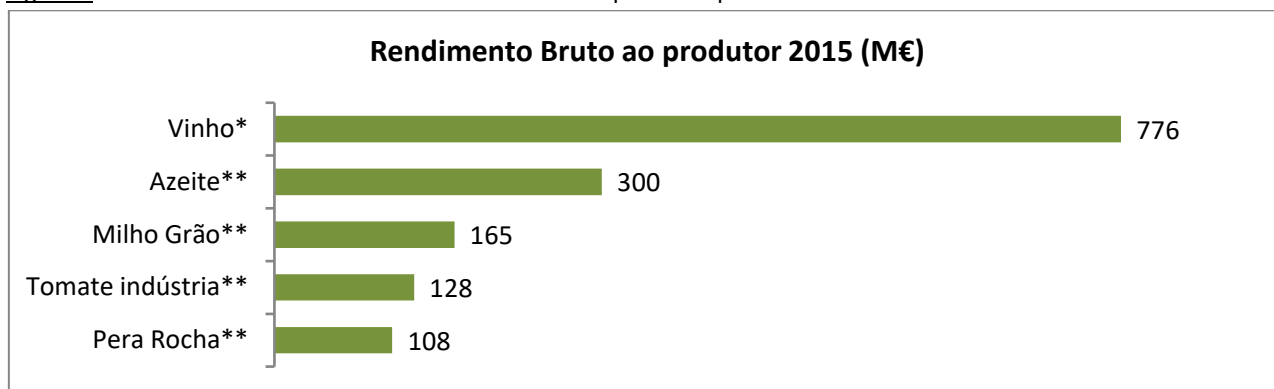
A todos endereçamos os nossos agradecimentos. A contribuição destas entidades e individualidades foi crucial para a qualidade deste estudo e será determinante quanto à sua credibilidade e quanto ao seu impacto.

## FILEIRAS EM ANÁLISE

Na Fig. 1 indicam-se os valores de referência para as fileiras em estudo, relativamente ao nível de rendimento bruto ao produtor, não considerando valores acrescentados a jusante e antes de impostos.

Procurou-se recorrer a várias fontes de informação por forma obter dados comparáveis entre si e que reflectissem o valor mais actual possível.

Figura 1 – Valor estimado de rendimento bruto ao nível produtor por cada uma das fileiras



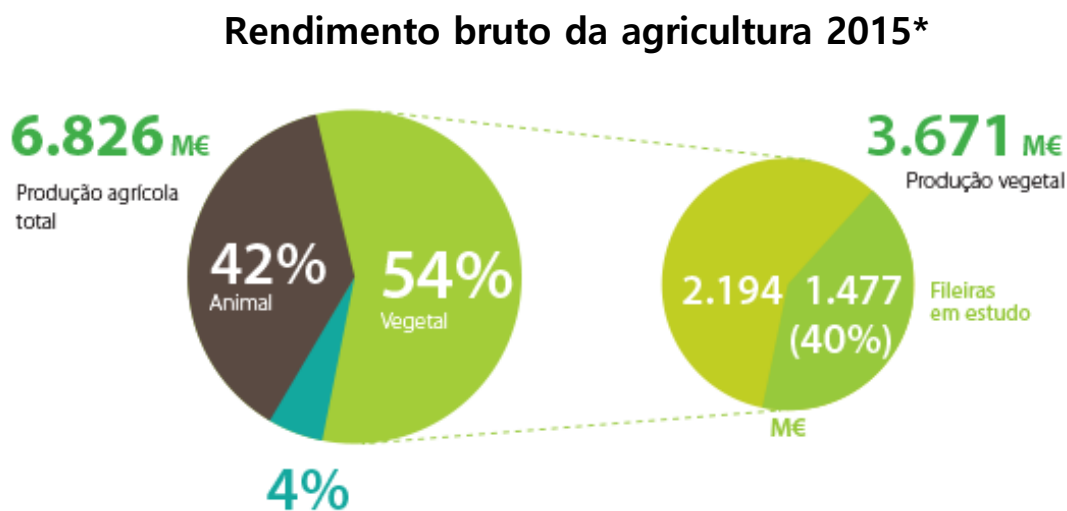
\* Fonte: INE

\*\* Fonte: Parceiros

Na Fig.2 representa-se a posição relativa das fileiras face ao universo da produtividade do sector agrícola tomado de uma forma global, isto é, incluindo pecuária e serviços, para além da produção vegetal. Os dados referem-se a previsões INE relativas a 2015, sempre na perspectiva do rendimento bruto ao produtor, a preços base.

As cinco fileiras representam cerca de 40% da produção vegetal nacional, num total de quase 1,5 mil milhões de euros.

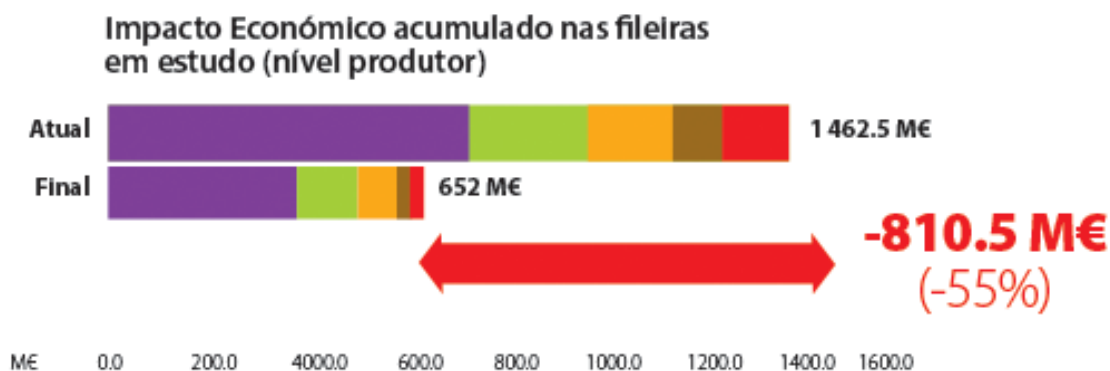
Figura 2 – Valor relativo das fileiras em estudo



\* Fonte: INE. Preços base. Previsão

## RESULTADOS CONSOLIDADOS

Figura 27 – **IMPACTO ECONÓMICO CONSOLIDADO** da retirada de substâncias activas na rentabilidade das fileiras em estudo



	Rendimento atual (M€)	Rendimento final (M€)	Quebra de rendimento (%)
<span style="color: purple;">●</span> Vinho	776.0	416.9	<b>46%</b>
<span style="color: green;">●</span> Azeite	240.0	105.2	<b>56%</b>
<span style="color: orange;">●</span> Milho	196.0	78.4	<b>60%</b>
<span style="color: brown;">●</span> Pera	108.0	25.4	<b>76%</b>
<span style="color: red;">●</span> Tomate	142.5	26.1	<b>82%</b>

Atentando ao rendimento “medido” ao nível agricultor / produtor “apenas”, o conjunto das fileiras VINHO + AZEITE + MILHO GRÃO + PERA ROCHA + TOMATE PARA INDÚSTRIA sofreria uma quebra de mais de **800 milhões de euros**, a preços de 2015, o equivalente a mais de **55%** do seu rendimento actual. Culturas como tomate para fins industriais e milho para grão deixariam completamente de fazer sentido e haveria um abandono total, dada a especificidade e profissionalismo com que elas são feitas actualmente.

Mas mesmo a pera, o azeite e o vinho passariam apenas a ter um fim destinado a autoconsumo ou venda em mercados locais.

De notar que o valor total de **exportações** destas cinco fileiras é estimado em cerca de **1,5 mil milhões de euros**. Mas não é só esse valor que era perdido; seria outro tanto ou mais que seria preciso gastar para repor os bens consumidos localmente.

Um cenário deste género seria certamente catastrófico e difícil de imaginar.

## CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

Este estudo demonstra que a retirada das substâncias activas em risco conduz a um cenário demasiado gravoso para podermos deixar que se concretize.

Lembramos que este trabalho avaliou “apenas” a dimensão dos danos ao nível do produtor. Outros operadores económicos e muitos outros impactos, muitos de dimensão superior seriam também envolvidos. Tanto a montante como a jusante, no impacto económico em fornecedores de bens e serviços, no nível de desemprego, no abandono das áreas rurais, na emigração, no ambiente, na paisagem rural e tantos outros.

No entanto não basta dizermos e concordarmos nesta ideia. Todos os envolvidos têm que encetar um conjunto de tarefas que conduzam às alterações necessárias aos processos actualmente adoptados na avaliação de produtos fitofarmacêuticos.

É indispensável que a inovação e a tecnologia não sejam uma barreira, mas um catalisador da competitividade da agricultura europeia; será uma barreira, se cada vez mais os produtores europeus ficarem afastados dos meios tecnológicos ao dispor dos outros produtores de outros continentes.

A inovação e a tecnologia, nas quais se inclui a utilização segura e sustentável dos produtos fitofarmacêuticos, fortemente defendida e promovida pela indústria, são temas que precisam de “sair da caixa”, isto é, serem dados a conhecer ao cidadão comum e chamar a atenção da opinião pública em geral.

Nesse sentido, todo o processo de avaliação e consequente tomada de decisão tem que se basear numa regulamentação clara, previsível e, acima de tudo, baseada na ciência e não na política ou na opinião pública.

Somos por uma regulamentação de base científica, que saiba avaliar o balanço entre o risco e o benefício. Que não se baseie apenas no perigo, mas que permita ter em conta a integração de medidas e alternativas de mitigação do risco, na decisão final.

É necessária uma participação activa na revisão do Regulamento 1107, comunicar com o poder político e envolvê-lo na tomada de acções conjuntas em Bruxelas em defesa dos interesses da nossa agricultura, que no final é a defesa da nossa economia e da nossa nação.